

PARAÍSO TERRESTRE E REINO PERFEITO NA CARTA DO PRESTE JOÃO DAS ÍNDIAS
ADRIANA MARIA DE SOUZA ZIERER (UFF)

(...) Eu Preste João, sou o Senhor dos Senhores e me avanto a todos os reis da terra inteira, em todas as abundâncias que existem debaixo do céu, em força e poder. (*quia ego, presbiter Iohanes, dominus sum dominantium et praecllo in omnibus divitiis, que sub caelo sunt, virtute et potentia omnes reges universae terrae*) (Carta do Preste João das Índias, 1998: 54).

Na Idade Média a noção de perfeição era extremamente associada a de reino. Todos aspiravam chegar um dia ao “Reino Celeste”. Se Cristo era visto como o “Rei dos Reis”, seu pai, Deus, era o senhor do Reino Celeste e os humanos considerados seus vassalos. Já o diabo era o nobre que havia cometido a felonía contra o seu próprio suserano.

O mito do Preste João desenvolveu-se no século XII, na época das Cruzadas quando se esperava a existência de um reino cristão forte no Oriente capaz de fazer frente aos muçulmanos. A narrativa, concebida na corte de Frederico I Barba Ruiva, visava ainda mostrar um soberano independente do papa, pois o Preste era ao mesmo tempo rei e sacerdote num momento de oposição entre os dois poderes.

Esse rei imaginário teria escrito a carta ao imperador bizantino Manuel Comeno, ao papa Alexandre III e a Frederico I (FRANCO JR., 1996: 90). Numa outra redação, a *Carta* também seria dirigida ao papa Eugênio IV, exortando os cristãos a se unirem ao monarca português D. João I (1385-1433) numa nova cruzada contra o Islã (*Carta do Preste João das Índias* (CPJ), 1988: 24).

No século XV, a retomada do ideal de cruzada no reino luso estava ligada à necessidade de distrair a população dos problemas internos e à busca de novos recursos para os mercadores e a nobreza. A justificativa cruzadística permitiu a Portugal ampliar consideravelmente seu território pela tentativa de se aproximar do Reino Perfeito do Preste João.

A idéia do presbítero era inspirada também na existência dos reis magos, entendidos como habitantes de um mundo fabuloso. Preste João era um cristão de seita herética, um nestoriano (o nestorianismo negava à divindade à Maria, pois afirmava que Cristo possuía uma natureza humana e uma divina). Seu reino localizava-se na Índia, que na época compreendia três partes, indo do nordeste da Ásia à África. Ele habitava a Índia Maior onde estava o corpo do apóstolo S. Tomé:

A Nossa Magnificência domina as três Índias; o nosso território começa na Índia posterior, na qual repousa o corpo do Apóstolo São Tomé, estende-se pelo deserto em direção ao berço do sol, e desce até a deserta Babilônia, contígua à torre de Babel. (*In tribus Indiis dominatur magnificentia nostra, et transit terra nostra ab ulteriore India, in Qua corpus sancti Thomae apostoli requiescit, per desertum et progreditur ad solis ortum, et redit per declivum in Babilonem desetam iuxta turrim Babel.*) (CPJ, 1988: 54)

Preste João é visto como um *dominus dominantium*, isto é, Senhor dos Senhores, possuindo mais “virtude e poder que todos os reis da terra” (*virtute et potentia reges universae terrae*) (CPJ, 1988: 54). Governava setenta e duas províncias, mas poucas eram cristãs, o que vinha ao encontro da idéia de que o rei perfeito separava os cristãos dos não-cristãos, protegendo a Cristandade destes até a vinda do Anticristo, conforme aparece no *Apocalipse de São João*. De acordo com a *Bíblia*, no Juízo Final os povos de Gog e Magog, os pagãos e idolátras serão punidos. O reino do Preste abrigava estes povos, comedores de carne humana e separados dos cristãos. Possuía ainda uma série de outros seres extraordinários mencionados desde a Antiguidade e que apareciam nos bestiários medievais: amazonas, grifos, dromedários, canibais, pigmeus, ciclopes (CPJ, 1988: 56-58; WOENSEL, 2001).

A prosperidade e abundância do reino é demonstrada na narrativa até mesmo através da presença de animais monstruosos que exerciam uma função produtiva. Formigas gigantes e com dentes produziam ouro que era recolhido pelos homens. Estes mesmos animais eram mandados pelo rei às batalhas para comer os inimigos. Outros monstros produtivos também são mencionados: vermes e salamandras que viviam no fogo e fabricavam seda, peixes em formas de bois, cavalos e cães que trabalhavam para as amazonas, suas súditas. Um remédio curativo era feito do pó de serpentes (ZIERER, 2000: 216).

O reino de Preste João possuía diversos aspectos da descrição do Paraíso Terreal, mas pode-se ressaltar que toda a sua abundância e prosperidade giravam em torno de um monarca escolhido por Deus. Neste momento de confronto, em que papado e império brigavam com relação às suas respectivas competências ao conduzir a sociedade terrestre, é importante lembrar que Preste João era um *rex/sacerdos*, isto é, um rei-sacerdote, que não precisava da intermediação do papa no governo do mundo terrestre, já que recebia seu poder diretamente de Deus. A idéia de *rex/sacerdos* apresentava o monarca como uma pessoa mista, ao mesmo tempo humana e divina, devido à unção e sagração, contrariando a visão papal de que o imperador era inferior por ter sido sagrado por um representante do poder espiritual (KANTAROWICZ, 1999: 48-51.)

Uma das características principais que mostram a eleição do Preste João por Deus eram a sua força em relação aos seus rivais, os quais combatia com facilidade com o auxílio de seus vassalos e dos reis de suas setenta e duas províncias, uma alusão aos setenta e dois discípulos que Cristo enviou para evangelizar as nações da ecúmena. Preste João também possuía um espelho mágico, guardado por doze mil soldados, que lhe permitia ver o que as outras nações pretendiam fazer contra ele antes dos ataques. Suas armas régias, como o escudo, a lança e o gládio eram feitas de uma árvore de onde escorria uma resina aromática, que ao endurecer virava pedra. Seus objetos reais eram confeccionados de forma a resplandecer tal como as estrelas do céu (ZIERER, 2000: 216).

Na Idade Média acreditava-se que o Paraíso Terrestre, proveniente do antigo Éden havia se afastado dos humanos e se localizaria num local de grande altura protegido por um muro de fogo (KAPLER, 1994: 34-35, DELUMEAU, 1994: 58-59). A existência de um Reino Perfeito na terra, como o do Preste João, pode ser entendida como uma manifestação do Paraíso Terreal que era inacessível e ao mesmo tempo os medievos desejavam atingir. Vários relatos medievais tratam de viagens imaginárias como por exemplo a do monge beneditino S. Brandão, o qual teria, devido à sua alta religiosidade, atingido o Paraíso Terrestre (ZIERER, 2001: 41-51).

A monarquia no período medieval era entendida como a melhor forma de governo e o objetivo da humanidade, de acordo com os ideais da Igreja era atingir, o verdadeiro reino, o Reino Celeste, tendo como rei supremo, Deus.

Os modelos mais utilizados de soberanos ideais eram os do *Antigo Testamento* como Davi e Salomão, que eram bons, fiéis a Deus e vencedores dos inimigos da fé (LE GOFF, 1999: 350-351). Não é de estranhar, portanto, a construção no imaginário de reinos perfeitos que a sociedade medieval buscava encontrar ou se inspirar para a condução do governo.

O bom rei era aquele capaz de conduzir o seu reino para a salvação, sendo bom, justo e propagador da fé cristã. Em princípio, todos os reis eram considerados bons, mas em caso de governantes que foram depostos, a justificativa das crônicas era de que haviam sido mal aconselhados, o que preservava sempre a boa imagem da monarquia. Em Portugal por exemplo a deposição do monarca Sancho II em 1245 foi justificada nas crônicas posteriores com base nos “maus conselheiros” do monarca, dentre os quais se destacava a influência negativa de sua mulher, segundo os relatos, os quais enfatizavam o preconceito da época contra a figura feminina (ZIERER, 1999: 150-158).

As qualidades do Preste João como modelo de governante são enfatizadas na Carta pela ausência de vícios no seu reino (*nullum vicium apud nos regnat*), graças a inexistência entre os seus habitantes dos sete pecados capitais: avareza, gula, inveja, mentira, ira, preguiça e luxúria, como é possível ver através da passagem abaixo:

Não existe entre nós nem roubo nem rapina, nem o adulator ou o avaro tem aqui lugar. (...) Entre nós ninguém mente nem ninguém pode mentir. E se alguém começasse a mentir, imediatamente morreria e como morto por nós seria considerado. Todos respeitamos a verdade e amamo-nos uns aos outros. Não existe adúltero entre nós. Nenhum vício grassa entre nós. (*Fur nec praedo envenitur apud nos, nec adulator habet ibi locum neque avaricia.* (CPJ, 1988: 76). (...) *Inter nos nullus mentitur, nec aliquis potest mentiri. Et si quis ibi mentiri coeperit, statim moritur i. quasi mortuus inter nos reputatur, nec eius mentio fit apud nos i. Omnes sequimur veritatem et diligimus nos invicem. Adulter non est inter nos. Nullum vicium apud nos regnat.*) (CPJ: 1988: 82 e 84)

A inexistência do pecado da luxúria é enfatizada não apenas pelo fato de não existir adúlteros, mas também porque o sexo é realizado apenas quatro vezes por ano no reino do presbítero, com esposas muito formosas para fins somente de procriação (CPJ: 1988: 96). A comida, embora presente em grande quantidade no reino, não ocasiona o pecado da gula, pois é ingerida apenas uma vez por dia.

Mas a produção alimentar do reino é inesgotável, obtida por moinhos que se movem sozinhos (CPJ, 1988: 92) e alimentam um enorme número de pessoas. Segundo o texto, trinta mil, sem contar com os viajantes que chegavam ou partiam (CPJ, 1988: 90).

Além de ser mais forte que os inimigos, o Preste João segundo a narrativa, é capaz de ver preparativos deles antes dos ataques, o que também o auxilia a derrotá-los com os doze mil homens de seu exército. As feras e canibais são igualmente utilizados como contingentes contra os opositores do presbítero. A amplidão do reino é tamanha que demorava quatro dias para ser percorrido a pé.

Um traço fundamental além da superioridade militar do Preste João é o caráter de abundância no reino, salientado em diversas partes do documento, mas melhor expresso nesta passagem: “A nossa terra escorre mel e abunda em leite”. (*Terra nostra melle fluit lacte habundat.*) (CPJ, 1988: 62), uma clara alusão à terra prometida dos judeus na *Bíblia*, de acordo com o *Êxodo*, no qual Iaweh liberta o povo judeu da mão dos egípcios “para fazê-lo subir daquela terra a uma terra boa e vasta, terra que mana leite e mel” (Ex 3, 8). No *Deuteronômio* igualmente é mencionado que “Iaweh nos fez sair do Egito (...) e nos trouxe a este lugar, dando-nos esta terra, uma terra onde mana leite e mel (Dt 26, 8-9).

A relação do reino do Preste com o Paraíso Terrestre está ligada também ao fato deste rio localizar-se no Oriente, tal qual o Éden, o qual era regado por quatro rios, o Fison, Geon, Tigre e Eufrates, de acordo com o *Gênesis* (Gn 2, 8-15).

Na Carta, há várias referências explícitas à proximidade do reino com o Paraíso. É mencionado um rio que saía do Paraíso Celeste e deixava pedras preciosas ao longo das terras do Presbítero (CPJ, 1988: 62) e logo depois um bosque no Monte Olimpo no qual fontes, próximas do Paraíso de Adão, eram capazes de garantir a eterna juventude:

Este bosque fica situado no sopé do monte Olimpo, de onde nasce uma clara fonte que conserva em si o sabor de todas as especiarias. (...) espalha-se a uma distância de três dias, não longe do Paraíso de onde Adão foi expulso. Se alguém beber em jejum três vezes dessa fonte, a partir desse dia nunca mais sofrerá de qualquer doença e será sempre, como se tivesse trinta e dois anos de idade. (*Nemus situm est ad radicem montis Olympi, unde fons perspicuus oritur, omnium in se speciem saporem retinens. (...) progreditur itinere dierum trium non longe a paradyso, unde Adam fuit expulsus. Si quis de fonte illo Ter ieiunus gustaverit, nullum ex illa die infirmitatem patietur, semperque eit quasi in aetate XXX duorum annorum.*) (CPJ, 1988: 64 e 66).

Os elementos do reino do Presbítero ligam-se tanto a elementos edênicos quanto aos do Paraíso descrito no *Apocalipse de S. João*. No Éden, é enfatizado a abundância, a inexistência de trabalho para obtenção de alimentos e os quatro rios, que podem ser associados à fonte da vida eterna.

O *Apocalipse* trata do derradeiro julgamento dos vivos e mortos por ocasião da Parusia, a segunda vinda de Cristo e também volta a mencionar os aspectos da abundância e felicidade que os eleitos de Deus conhecerão na Jerusalém Celeste.

Os súditos do Preste, um povo sem vícios, possuem analogias com o povo eleito de Deus, que recebe como recompensa a entrada na Jerusalém Celeste. No *Apocalipse* igualmente a abundância é caracterizada através de “um rio de água da vida, brilhante como cristal” e também pelas “árvores da vida que frutificam doze vezes, dando fruto a cada mês. E suas folhas servem para curar as nações” (Ap, 22, 1-2).

Os palácios do Preste também se assemelham ao palácio de Deus descrito no *Apocalipse*, principalmente nos seus materiais, as pedras preciosas de diversos tipos e também pelo fato de que sua claridade era maior que a do sol (CPJ, 1988: 108 e 110). No *Apocalipse*:

Já não haverá mais noite:
ninguém mais precisará da luz da lâmpada,
nem da luz do sol,
porque o Senhor Deus brilhará sobre eles,
e eles reinarão pelos séculos dos séculos. (Ap, 22, 5)

O mito do Preste João foi sendo simultaneamente desmistificado e renovado no fim da Idade Média. Por exemplo, nas *Viagens de Marco Polo*, do século XIV o Preste aparece destruído por Gêngis Khan após o presbítero ter recusado dar a mão de sua filha ao Khan, que considerava seu tributário (*As Viagens de Marco Polo*, 2001: 71-74). Esta narrativa e a própria chegada dos portugueses na África, transferindo sua localização para o reino de Negus na Etiópia teriam contribuído para a “morte” do mito (Costa, 2001).

No entanto, ao invés da substituição do reino da Índia para a África, temos uma complementaridade entre as duas visões. Embora relatos como o do padre Francisco Álvares (*Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias*) situem o Preste na África, mais especificamente na Abissínia, atingida pelos portugueses em fins do século XV, e apresentem-no sem seus atributos míticos, outras narrativas conservaram os traços míticos do Presbítero e sua localização inicial na Índia. É o caso, por exemplo do *Libro del Infante Don Pedro pelos quatro cantos do mundo*, obra de Gómez de Santistéban editada inicialmente em Sevilha em 1515 (Santisteban, 1962: I). O texto, uma versão tardia da *Carta do Preste João*, volta a localizar o Preste João na Índia Maior e dotado de seus antigos atributos.

Neste relato o infante D. Pedro, filho do monarca D. João I, teria empreendido uma viagem imaginária ao reino do presbítero e atingindo o Paraíso Terreal com dromedários emprestados pelo rei mítico, onde chega a ver os quatro rios edênicos, o Fison, Geon, Tigre e Eufrates (Santisteban: 1962: 49) .

A continuidade da presença mítica do reino do Preste João e sua associação à Dinastia de Avis serviu tanto como impulso às Grandes Navegações como indiretamente no fortalecimento ideológico da Dinastia, pois através dos relatos, tanto enfatizando o aspecto imaginário com a viagem do infante Dom Pedro ao Paraíso Terrestre ou ainda na viagem real de Pero da Covilhã à Abissínia no reinado de D. João II, os portugueses atingiram um reino recheado de elementos fantasiosos, que indiretamente esteve ligado aos monarcas avisinos e auxiliou na consolidação do seu poder político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Impressas

A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 1995.

Carta do Preste João das Índias. Trad. De Leonor Buescu com base no original compilado por Friedrich Zarncke. Lisboa: Assíro e Alvim, 1988.

SANTISTEBAN, Gómez de. *Libro del Infante Don Pedro de Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962.

As Viagens de Marco Polo (texto em português de Carlos Heitor Cony e Lenira Alcure). Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

Obras Citadas

COSTA, Ricardo da. Por uma Geografia Mitológica: a Lenda Medieval do Preste João, sua Permanência, Transferência e 'Morte'. *História. Revista do Departamento de História da UFES*, nº 9. Vitória: EDUFES, 2001, p. 53-64.

DELUMEAU, Jean. *Uma História do Paraíso: O Jardim das Delícias*. Lisboa: Terramar, 1994.

FRANCO JR., Hilário. *A Eva Barbada: Ensaio de Mitologia Medieval*. São Paulo: Edusp, 1996.

KAPPLER, Claude. *Monstros, Demônios e Encantamentos no fim da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

KANTAROWICZ, Ernest H. *Os Dois Corpos do Rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LE GOFF, Jacques. *São Luís. Biografia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

WOENSEL, Maurice Van. *Simbolismo Animal Medieval - Os Bestiários*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

ZIERER, Adriana M.S. *O Modelo Arturiano em Portugal: A Imagem do Rei-Guerreiro na Construção Cronística de Sancho II e Afonso III*. Dissertação. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999.

ZIERER, Adriana. "Os Reinos de Preste João e Artur e sua Relação com o Paraíso Terreal". *Atas do II Ciclo de Estudos Medievais: Saber e Poder na Idade Média*. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2000, p. 213-220.

ZIERER, Adriana. Modelos da Salvação Medieval: São Brandão e Santo Amaro. *História. Revista do Departamento de História da UFES*. Vitória: EDUFES, nº 9, 2001, p. 41-51.